

ATIVIDADE DOMICILIAR

PCA – Letramento Digital e Midiático · 4º BIMESTRE

DIREITOS HUMANOS, CONTROLE SOCIAL E PRODUÇÃO ÉTICA

Síntese dos Eixos 3 e 4 · Turmas: 2ª B e 3ª A · Prof. Ulysses Cesar

Estudante: _____ Turma: _____ Data de entrega: ____/____/____

ORIENTAÇÕES

Esta atividade cobre o conteúdo do bimestre e vale nota de Atividades de Sala.

Leia a PARTE 1 (teoria) antes de resolver a PARTE 2 (exercícios). A teoria traz tudo o que é necessário para responder.

Responda com caneta, no próprio material, ou em folha separada identificada.

Consulta ao material é permitida. Cópia entre colegas não é: respostas idênticas serão desconsideradas.

Entrega até a data indicada acima, impressa ou por e-mail ao professor.

PARTE 1 · TEORIA

Leia com atenção. Tudo o que você precisa para responder está aqui.

1. Racismo nas redes

O racismo aparece no ambiente digital em três formas principais: o estereótipo repetido em memes e publicidade, a ofensa dirigida a pessoa determinada e a hostilidade veiculada por humor.

CONCEITO · RACISMO RECREATIVO

Conceito de Adilson Moreira: a expressão de hostilidade racial por meio da piada. Funciona como dispositivo duplo — comunica a hierarquia e oferece ao autor a defesa de que "era brincadeira", transferindo à vítima a responsabilidade de não saber levar.

ATENÇÃO

A alegação de brincadeira não afasta a tipicidade. O que define a conduta é o conteúdo ofensivo e a referência a raça ou cor, não a intenção declarada.

A Lei nº 14.532/2023 equiparou o tratamento da injúria racial ao do racismo, com aumento de pena quando praticada por meio de ampla divulgação — o que alcança diretamente as redes.

2. Violência de gênero no ambiente digital

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define cinco formas de violência doméstica e familiar: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Várias delas se realizam hoje por meio digital.

CONCEITO · DOIS TIPOS PENAIS RELEVANTES

Lei nº 13.718/2018: criminaliza a divulgação de cena de estupro, de sexo ou de nudez sem o consentimento da vítima. Lei nº 14.132/2021: tipifica a perseguição (stalking) — perseguir alguém, reiteradamente, ameaçando-lhe a integridade, restringindo sua liberdade ou invadindo sua esfera de privacidade.

O controle digital em relacionamentos — exigir senhas, monitorar localização, fiscalizar mensagens — configura violência psicológica, ainda que apresentado como cuidado ou ciúme.

ATENÇÃO

Canais: Central de Atendimento à Mulher (180), delegacias especializadas, Ministério Público e Defensoria. A medida protetiva pode ser requerida independentemente de representação criminal.

3. Proteção animal e ética ambiental

CONCEITO · CONSTITUIÇÃO DE 1988, ART. 225, § 1º, VII

Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que submetam os animais a crueldade.

A Lei nº 9.605/1998 tipifica os crimes ambientais, incluindo maus-tratos a animais. A Lei nº 14.064/2020 agravou a pena quando se tratar de cão ou gato.

As redes têm papel duplo: divulgam maus-tratos, o que permite denúncia e responsabilização, mas também podem viralizar conteúdo cruel, ampliando o alcance da violência e, em alguns casos, estimulando a repetição.

ATENÇÃO

Ao denunciar, preserve a prova e acione o canal competente. Compartilhar amplamente o conteúdo cruel pode ampliar o dano; o encaminhamento à autoridade é mais eficaz do que a repercussão.

4. Sustentabilidade e o custo da infraestrutura digital

A nuvem não é imaterial. Os dados ficam em centros de dados físicos, que consomem energia elétrica e água para refrigeração, e os dispositivos exigem minerais extraídos por mineração.

O descarte de eletrônicos gera resíduo com metais pesados. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) prevê a logística reversa, que impõe ao fabricante e ao comerciante a responsabilidade pelo retorno do produto após o uso.

ATENÇÃO

Isso conecta letramento digital a sustentabilidade de forma concreta: prolongar a vida útil do aparelho e descartá-lo corretamente é conduta ambiental, não apenas econômica.

5. Controle social e transparência

CONCEITO · LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO — LEI Nº 12.527/2011

Assegura a qualquer pessoa o direito de solicitar informações a órgãos públicos, SEM NECESSIDADE DE JUSTIFICAR O PEDIDO, com prazo de resposta e possibilidade de recurso.

É o instrumento mais direto de controle social e um dos menos utilizados por cidadãos comuns. A informação pública é pública por natureza: quem precisa justificar é o Estado, quando recusa.

Outros caminhos: portais de transparência, audiências públicas, conselhos de políticas públicas e a iniciativa popular de lei (CF, art. 61, § 2º).

6. Produção autoral ética e acessível

Direitos autorais: a Lei nº 9.610/1998 protege a obra desde a criação. Usar conteúdo de terceiro exige autorização, salvo as hipóteses legais de uso, e a citação da fonte é obrigatória. Licenças abertas, como as Creative Commons, autorizam previamente certos usos.

Acessibilidade: a Lei nº 13.146/2015 assegura acesso à informação em igualdade de condições. Na prática: texto alternativo em imagens, legenda em vídeos, contraste adequado e fonte legível.

ATENÇÃO

Estes dois requisitos — fonte citada e acessibilidade — são critérios de avaliação do Manual de Boas Práticas Digitais, produto final do componente.

Legislação do bimestre

Norma	Objeto
Lei nº 7.716/1989 e 14.532/2023	racismo e injúria racial
Lei nº 11.340/2006	violência doméstica e familiar
Lei nº 13.718/2018	divulgação de nudez sem consentimento
Lei nº 14.132/2021	perseguição (stalking)
Lei nº 9.605/1998 e 14.064/2020	crimes ambientais e maus-tratos
Lei nº 12.527/2011	acesso à informação
Lei nº 9.610/1998	direitos autorais
Lei nº 13.146/2015	acessibilidade

PARTE 2 · EXERCÍCIOS

Você pode consultar a teoria da Parte 1 enquanto responde.

1) Explique o conceito de RACISMO RECREATIVO e por que a alegação de brincadeira não afasta a responsabilidade jurídica.

2) Cite as cinco formas de violência previstas na Lei Maria da Penha e explique como a violência psicológica pode ocorrer por meio digital.

3) Explique o que tipificam a Lei nº 13.718/2018 e a Lei nº 14.132/2021.

4) O art. 225, § 1º, VII, da Constituição veda práticas que submetam animais a crueldade. Relacione esse dispositivo com a circulação de conteúdo nas redes.

5) Explique por que a expressão "nuvem" é enganosa do ponto de vista ambiental.

6) O que é LOGÍSTICA REVERSA e qual lei a prevê?

7) Explique por que, na Lei de Acesso à Informação, não é necessário justificar o pedido.

8) Redija um pedido de informação com base na LAI sobre um tema de interesse da sua escola ou cidade.

9) Explique os dois requisitos de produção ética exigidos no Manual de Boas Práticas Digitais.

10) Escreva o texto alternativo de uma imagem à sua escolha e explique para que ele serve.

PARTE 3 · PRODUÇÃO

Aplique o que você estudou.

11) Elabore a sua contribuição para o MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DIGITAIS: escolha UM dos temas do bimestre e produza uma página com (a) explicação do problema, (b) o dispositivo legal aplicável, (c) três orientações práticas e (d) o canal de denúncia correspondente. Requisitos obrigatórios: fonte citada e texto alternativo descrito para qualquer imagem.

[illegible]

FOLHA DO PROFESSOR — GABARITO

Não entregar esta folha ao estudante

- Q1 — Hostilidade racial veiculada por humor; a alegação de brincadeira não é excludente prevista em lei, pois o que define a conduta é o conteúdo e a referência a raça ou cor.
- Q2 — Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Digital: controle de senhas, monitoramento de localização, fiscalização de mensagens, ameaça e humilhação em mensagens.
- Q3 — 13.718/2018: divulgação de cena de sexo, estupro ou nudez sem consentimento. 14.132/2021: perseguição reiterada com ameaça à integridade, restrição de liberdade ou invasão de privacidade.
- Q4 — A divulgação permite denúncia e responsabilização, mas a viralização pode ampliar o dano e estimular repetição; o encaminhamento à autoridade é mais eficaz.
- Q5 — Os dados ficam em centros físicos que consomem energia e água; os dispositivos dependem de mineração e geram resíduo com metais pesados.
- Q6 — Responsabilidade do fabricante e do comerciante pelo retorno do produto após o uso; Lei nº 12.305/2010.
- Q7 — Porque a informação pública é pública por natureza; o ônus de justificar recai sobre o Estado quando recusa.
- Q8 — Avaliar clareza, indicação do órgão competente e objetividade do pedido.
- Q9 — Citação da fonte (direitos autorais) e acessibilidade (LBI).
- Q10 — Descrição objetiva do que a imagem mostra e por que está ali; serve a quem usa leitor de tela.
- PRODUÇÃO — avaliar os quatro elementos exigidos e os dois requisitos obrigatórios.

REGISTRO DA ENTREGA

Entregue em: ____ / ____ / ____ Meio: () impressa () e-mail () domiciliar

Devolvido em: ____ / ____ / ____ Nota atribuída: ____

Observações: _____

Registrar no Diário Escolar conforme a Resolução nº 1/2017 – CEDF, cap. III, art. 14, II, e anexar o recibo ao portfólio de comprovação.